

# Sustentabilidade e mudanças climáticas no Indicador de Governança e Políticas Públicas (IG-Sest)

---

**Renato Bigliazzi**

Diretor de Governança e Avaliação de Estatais na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MG)  
[renato.bigliazzi@gestao.gov.br](mailto:renato.bigliazzi@gestao.gov.br)

**Ilana Soares**

Coordenadora-geral de Articulação e Avaliação da Governança na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MG)  
[ilana.soares@gestao.gov.br](mailto:ilana.soares@gestao.gov.br)

No Brasil, as empresas estatais federais desempenham papel estratégico em diversos setores da economia, sendo responsáveis por aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Atuando em áreas como abastecimento e segurança alimentar, comunicações e tecnologia, defesa, setor financeiro, infraestrutura e transporte, minas e energia, papel-moeda, gestão de ativos e saúde, essas empresas não apenas viabilizam a entrega de políticas públicas, mas também influenciam padrões de conduta empresarial. Algumas delas, como Petrobras, Banco do Brasil e Embrapa, são referências em seus respectivos setores, estabelecendo práticas que muitas vezes são adotadas por empresas privadas, inclusive concorrentes.

Dada sua natureza pública e missão institucional, as empresas estatais são instrumentos fundamentais tanto para a implementação direta de políticas públicas quanto para a prestação de serviços essenciais à população. Além disso, exercem um papel indireto de indução e de nivelamento de comportamentos empresariais, contribuindo para a disseminação de práticas sustentáveis no mercado.

Destaca-se, nesse cenário, a recente atualização das Diretrizes da OCDE para a Governança de Empresas Estatais, discutida no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização (Working Party on State Ownership and Privatisation Practices - WSOPP). Na revisão concluída em 2024, foi incluído, pela primeira vez,

um capítulo dedicado exclusivamente à sustentabilidade. As diretrizes revisadas reforçam o papel estratégico do Estado, ao estabelecer expectativas claras e mecanismos de acompanhamento contínuo e definir objetivos concretos e ambiciosos para suas empresas — abrangendo o papel dos conselhos de administração, a transparência, a divulgação e a conduta empresarial responsável. A transparência é fortalecida por meio da adoção de padrões internacionais de divulgação, e o engajamento de *stakeholders* — especialmente grupos vulneráveis — é incentivado como parte de uma transição energética justa.

No Brasil, esse movimento internacional encontra ressonância em iniciativas institucionais recentes voltadas à consolidação de padrões de sustentabilidade. Em junho de 2022, foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a missão de discutir e emitir documentos técnicos sobre padrões de divulgação relacionados à sustentabilidade e aos temas ambientais, sociais e de governança (ASG), alinhados às diretrizes do Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (International Sustainability Standards Board - ISSB). Em outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução nº 193, tornando o Brasil o primeiro país a adotar oficialmente os padrões internacionais de sustentabilidade emitidos pelo ISSB, como as IFRS S1 e S2.

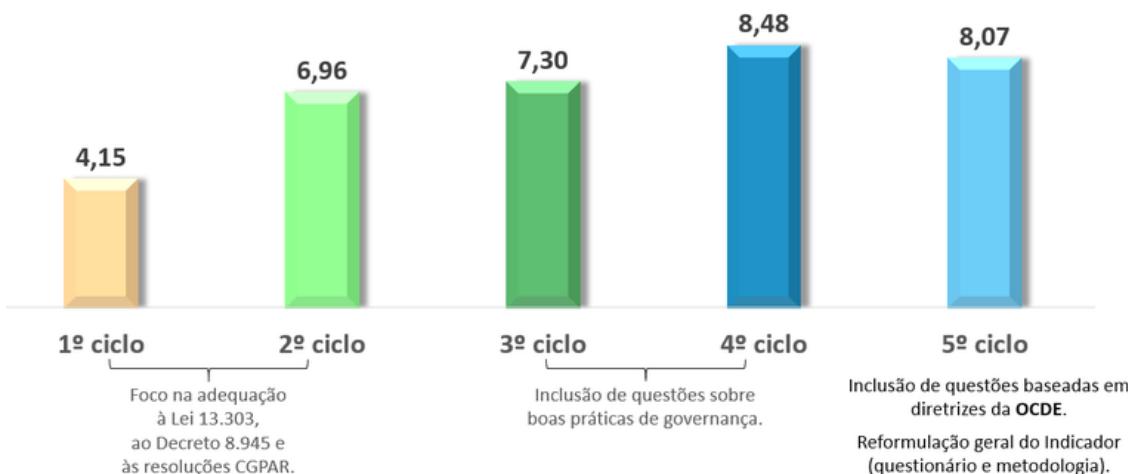
Essa evolução normativa e institucional tem impacto direto sobre os instrumentos de avaliação da governança das empresas estatais. Criado em 2017 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), o então Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) surgiu como ferramenta de monitoramento do cumprimento da Lei nº 13.303/2016, de seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.945/2016) e das diretrizes da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Ao longo de seis ciclos completos, o IG-Sest demonstrou avanços significativos na adequação das estruturas de governança das estatais às exigências legais e às boas práticas recomendadas. Em 2025, está em curso o 7º ciclo do IG-Sest, marcado por uma mudança estratégica em seu escopo: além da conformidade normativa, o indicador passou a avaliar a efetividade das empresas na entrega de valor pú-

blico e no cumprimento de suas missões institucionais. Essa ampliação se concretizou com a inclusão de duas novas dimensões — Políticas Públicas e Boas Práticas e Inovação — e com a reformulação do nome e da natureza do instrumento, que passou a se chamar Indicador de Governança e Políticas Públicas (IG-Sest).

Os quatro primeiros ciclos evidenciaram crescimento progressivo nas pontuações médias das empresas (ver Gráfico 1 a seguir), refletindo maior aderência aos dispositivos normativos. Já no quinto e no sexto ciclos, o indicador foi reformulado para incorporar diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que pode explicar a discreta queda nas pontuações finais. No sétimo ciclo, o IG-Sest reforça seu papel estratégico ao incentivar a excelência em governança corporativa, o alinhamento das empresas aos objetivos das políticas públicas nacionais e o compartilhamento de práticas inovadoras.

**GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DO IG-SEST (1º A 5º CICLOS)**



Estruturado em três dimensões — *Governança Corporativa, Políticas Públicas e Boas Práticas e Inovação* — o IG-Sest - 7º ciclo adota o modelo Pratique ou Explique, que permite às empresas apresentarem evidências das práticas implementadas ou justificar sua não adoção, considerando suas especificidades. Os resultados da avaliação serão apresentados em cinco faixas de maturidade para cada dimensão, podendo ser segmentados por setor, porte ou outros critérios definidos pela Sest/MGI. Essa estratégia busca refletir a heterogeneidade do universo das estatais e oferecer uma leitura mais qualificada sobre suas práticas de governança, promovendo a compreensão de seus contextos e avanços.

A dimensão *Boas Práticas e Inovação* inclui bloco específico de Responsabilidade Socioambiental, com 20 questões voltadas à mitigação das causas e dos efeitos das mudanças climáticas, bem como à promoção do desenvolvimento sustentável como orientador do planejamento estratégico e da atuação das empresas estatais. Entre os objetivos específicos do indicador, destaca-se o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável como diretriz para o planejamento de longo prazo e para os objetivos estratégicos das empresas, conciliando viabilidade econômica, justiça social e equilíbrio ecológico.

As questões apresentadas abordam temas centrais da sustentabilidade corporativa, com ênfase na responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG). Uma questão subjetiva trata do posicionamento público da empresa frente às mudanças climáticas, exigindo que ela demonstre alinhamento com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Isso inclui a apresentação de estudos, ações e iniciativas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, evidenciando o compromisso institucional com a mitigação dos impactos ambientais e a transição para uma economia de baixo carbono.

Um segundo conjunto de perguntas aprofunda a análise da estrutura interna da empresa no que diz respeito à sustentabilidade. São explorados elementos como a existência de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) formalizada, conforme ilustram as questões a seguir:

*A empresa possui uma PRSA formalizada que estabelece diretrizes, procedimentos, critérios e mecanismos de controle relacionados aos princípios ASG (Ambiental, Social e de Governança)?*

**A PRSA e sua estrutura de governança são divulgadas interna e externamente pela empresa?**

Além disso, verifica-se a incorporação de critérios ambientais em processos de licitação e contratação, como a destinação adequada de resíduos, a mitigação de impactos ambientais e o uso eficiente de recursos naturais. Esses aspectos são essenciais para assegurar que a sustentabilidade esteja integrada de forma transversal à gestão e aos processos operacionais da organização.

Por fim, um conjunto de questões concentra-se na gestão de riscos e na transparência, exigindo da empresa ações concretas como o mapeamento de riscos climáticos, a elaboração de inventários de emissões, o uso de fontes renováveis de energia e a publicação de relatórios de sustentabilidade auditados. Exemplos dessas questões incluem:

*A empresa publica relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado?*

*As informações ASG presentes nos relatórios são certificadas ou auditadas por entidades independentes?*

*A empresa realiza avaliações periódicas dos riscos climáticos — físicos e de transição — que possam impactar seus negócios e interesses?*

*A empresa elabora e divulga inventário de emissões de gases de efeito estufa?*

*O Conselho de Administração considera os impactos das mudanças climáticas, avaliando riscos e oportunidades estratégicas para a organização?*

A participação do Conselho de Administração na análise dos impactos climáticos reforça o papel da governança na condução de decisões estratégicas. Esses tópicos são fundamentais para evidenciar a maturidade institucional, o compromisso com a responsabilidade socioambiental e o alinhamento da empresa com padrões internacionais de transparência e desempenho sustentável.

A incorporação de critérios de sustentabilidade e mudanças climáticas ao IG-Sest representa um avanço significativo na consolidação de uma governança pública mais moderna, responsável e alinhada aos desafios do século XXI. Ao ampliar seu escopo para além da conformidade normativa, o indicador passa a reconhecer e a valorizar o papel estratégico das empresas estatais na promoção do desenvolvimento sustentável, na indução de boas práticas e na construção de uma economia de baixo carbono.

Essa transformação metodológica está em sintonia com as diretrizes internacionais mais recentes, como as da OCDE e do ISSB, e com os compromissos assumidos pelo Brasil em fóruns multilaterais. Ao adotar uma abordagem mais abrangente e orientada para resultados, o IG-Sest fortalece a capacidade do Estado de liderar pelo exemplo, promovendo maior transparência, inovação e responsabilidade socioambiental no setor público empresarial.

## Referências

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. *Brasil é 1º país no mundo a adotar relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2023/brasil-e-1o-pais-no-mundo-a-adotar-relatorio-de-informacoes-financeiras-relacionadas-a-sustentabilidade-emitidas-pelo-issb>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Regulamento do 6º ciclo do Indicador de Governança das Empresas Estatais – IG-Sest*. Brasília: MGI, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy\\_of\\_iqsest/certificacoes-iq-sest/6\\_ciclo](https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy_of_iqsest/certificacoes-iq-sest/6_ciclo). Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Relatório agregado das empresas estatais federais 2025: ano base 2024*. Brasília: MGI, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy\\_of\\_transparencia/RelatorioEstataisFINAL2808WEB.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy_of_transparencia/RelatorioEstataisFINAL2808WEB.pdf). Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. *Indicador de Governança e Políticas Públicas – IG-Sest: 7º ciclo – Manual Operacional*. Brasília: MGI, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy\\_of\\_iqsest/arquivos-1/Manual\\_Operacional\\_IGSEST\\_7\\_Ciclo\\_V.5\\_31.10.2025\\_11.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/estatais/copy_of_iqsest/arquivos-1/Manual_Operacional_IGSEST_7_Ciclo_V.5_31.10.2025_11.pdf). Acesso em: 25 set. 2025.